



Licenciatura em Ciências da Nutrição

**Programas de alimentação e nutrição escolar nos Estados-Membros da
CPLP**

Artigo Científico Original Final

Elaborado por Susana Cardoso

Aluno nº 201592827

Orientador Externo: Dr. Francisco Sarmiento

Orientador Interno: Prof.^a Doutora Catarina Simões

Barcarena

junho 2017

Licenciatura em Ciências da Nutrição

**Programas de alimentação e nutrição escolar nos Estados-Membros da
CPLP**

Artigo Científico Original Final

Elaborado por Susana Filipa Cardoso Teixeira

Aluno nº 201592827

Orientador Externo: Dr. Francisco Sarmen 

Orientador Interno: Prof.^a Doutora Catarina Simões

Barcarena

junho 2017

O autor é o único responsável pelas ideias expressas neste documento

Agradecimentos

Ao escritório da FAO em Portugal e junto da CPLP, por me permitirem ter esta experiência dentro duma Organização que eu tanto admiro. Em especial à Sofia Saro e à Bárbara Campos pela partilha de momentos tão divertidos, por toda a aprendizagem e pela excelente equipa que formámos e ao Dr. Francisco Sarmiento pela sua disponibilidade em me ensinar e ajudar, tornando-me uma melhor profissional.

À Associação Helpo e à sua maravilhosa equipa, por me terem recebido de braços abertos. Em especial à Elisabete Catarino e à Carolina Marques por toda a ajuda no projeto.

Aos meus colegas, pelo companheirismo.

Aos meus professores por me terem acompanhado nesta aventura com dedicação e disponibilidade.

A ti avó, por agora seres a minha estrelinha.

A ti, Rita Cardoso, por tudo.

A ti João, por seres o amor da minha vida.

À minha família, que me ensinou a ser tudo o que sou.

Toda a alma digna de si própria deseja viver a vida em extremo. Contentar-se com o que
lhe dão é próprio dos escravos. Pedir mais é próprio das crianças. Conquistar mais é
próprio dos loucos.

(Fernando Pessoa, Livro do Desassossego)

Resumo

Introdução: Para alcançar a segurança alimentar e nutricional é necessário considerar as múltiplas dimensões que a afetam, adotando uma abordagem de articulação intersectorial. Os Programas de Alimentação e Nutrição Escolar representam uma das chaves para abordar a eliminação da pobreza e insegurança alimentar, representando redes de proteção social para as crianças vulneráveis e as suas famílias.

Objetivo: Analisar os indicadores de insegurança alimentar e nutricional e o estado de implementação de Programas de Alimentação e Nutrição Escolar nos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de modo a discutir a emergência de programas intersectoriais na área da alimentação escolar.

Metodologia: Através da análise de relatórios oficiais e bases de dados de diferentes Organizações efetuou-se uma revisão bibliográfica sobre a evolução conceitual da Segurança Alimentar e Nutricional e a compilação de indicadores básicos de insegurança alimentar nos nove Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Posteriormente recolheu-se informações específicas sobre Programas de Alimentação e Nutrição Escolar, através da aplicação de um questionário aos responsáveis por esta área nos Governos. Em Portugal, foi aplicado um questionário a seis agregados familiares de baixo rendimento em contexto de apoio escolar na Ludoteca situada no Bairro das Fontainhas em Cascais.

Resultados: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa representa uma população com mais de 275 milhões de habitantes e conta com cerca de 11 milhões de desnutridos. Os Estados-Membros, na sua maioria, têm Programas de Alimentação e Nutrição Escolar, com diferentes características e fases de implementação, apresentando forças e oportunidades comuns.

Conclusão: Os indicadores de insegurança alimentar da maioria dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa têm apresentado uma evolução positiva, sendo ainda necessário desenvolver trabalho com vista à erradicação da insegurança alimentar. A implementação de Programas de Alimentação e Nutrição Escolar intersetoriais e baseados em direitos humanos, incluindo o Direito Humano à Alimentação Adequada, representam ações de proteção social essenciais, revelando-se emergente para alcançar o objetivo de erradicar a fome e a pobreza e proteger os grupos mais vulneráveis.

Palavras-chave: Nutrição escolar; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; segurança alimentar e nutricional, direito humano à alimentação adequada, proteção social.

Abstract

Introduction: To achieve food and nutritional security, it is necessary to consider the multiple dimensions that affect it, adopting an intersectoral approach. School Feeding and Nutrition Programs are one of the keys to addressing the elimination of poverty and food insecurity, representing social safety nets for vulnerable children and their families.

Aim: Analyse the indicators of food and nutritional insecurity and the state of implementation of School Feeding and Nutrition Programs in the Member States of the Community of Portuguese Language Speaking Countries in order to discuss the emergence of intersectoral programs in the area of school feeding.

Methodology: Through the analysis of official reports and databases of different organizations, a bibliographic review was carried out on the conceptual evolution of Food and Nutrition Security and the compilation of basic indicators of food insecurity in the nine Member States of the Community of Portuguese Language Speaking Countries. Subsequently, specific information on School Feeding and Nutrition Programs was collected through the application of a questionnaire to those responsible for this area in the Governments. In Portugal, a questionnaire was applied to six low-income households in the context of school support at the Ludoteca located in the Bairro das Fontainhas in Cascais.

Results: The Community of Portuguese Language Speaking Countries represents a population with more than 275 million inhabitants and has about 11 million undernourished people. Most Member States have School Feeding and Nutrition Programs, with different characteristics and stages of implementation, presenting common strengths and opportunities.

Conclusion: Food insecurity indicators in most of the Member States of the Community of Portuguese Language Speaking Countries have shown a positive development, and work is still needed to eradicate food insecurity. The implementation of intersectoral and human rights-based School Feeding and Nutrition Programs, including the Human Right to Adequate Food, represent essential social protection actions, proving to be an emerging goal of eradicating hunger and poverty and protecting more vulnerable groups.

Key-Words: School nutrition; Community of Portuguese Language Speaking Countries; Food and nutritional security, human right to adequate food, social protection.

Lista de abreviaturas e siglas

CFS – Comité Segurança Alimentar Mundial

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DHAA – Direito humano à alimentação adequada

ESAN-CPLP – Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IFAD – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

OMS – Organização Mundial de Saúde

PANE – Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição Escolar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNDP – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

WFP – Programa Alimentar Mundial

1. Introdução

O conceito de Segurança Alimentar decorre de uma construção dinâmica ao longo do tempo que acompanha o desenvolvimento histórico e evolui com ele. Na década de 40, período caracterizado pela guerra, a instabilidade e escassez de alimentos levam ao aparecimento de um conceito de Segurança Nacional. Este conceito, ancorado no pressuposto de que um aumento da produção e disponibilidade alimentar contribuía para fazer frente à fome sentida, foi reforçado no pós-guerra na década de 50/60. O autoabastecimento alimentar representava segurança e estabilidade económica para os países, tornando-os menos suscetíveis (FAO, 2013).

Na década de 70, marcada pela crise do preço do petróleo em 1973, continua a ser incentivado o aumento da produtividade alimentar com recurso a sementes melhoradas, fertilizantes e agrotóxicos e à mecanização, difundindo-se a chamada Revolução Verde (FAO, 2013). Este programa iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, intensificando-se nas décadas seguintes com a criação de diversos apoios aos agricultores, na forma de crédito e assistência técnica. A crise de desenvolvimento e de pobreza, que surgiu na década de 80, trouxe o entendimento de que o aumento da produção alimentar não era suficiente para acabar com a fome. O trabalho desenvolvido por Amartya Sen traz uma nova abordagem baseada nos direitos que abrange a questão do acesso dos indivíduos à alimentação (FAO, 2013). É também nesta década que surge o conceito de Soberania Alimentar que se refere ao direito dos indivíduos, países e povos de definirem as suas próprias políticas agrícolas e alimentares. Isto traduz-se no direito a decidir o que cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais básicos (CPLP, 2015).

Em 1994, com a instituição da Organização Mundial do Comércio (OMC), os debates entre a visão do mundo industrializado e a visão dos países com insegurança alimentar influenciaram o conceito de segurança alimentar. Se por um lado, existe a crença de que o comércio livre da agricultura internacional representa a melhor solução para enfrentar a insegurança alimentar no nível nacional, por outro, as regras de comércio e investimento internacional forçaram os países a ficarem cada vez mais dependentes da importação de alimentos e mais vulneráveis às flutuações globais dos preços de alimentos, não

conseguindo garantir que todos os cidadãos tenham acesso a comida suficiente (Valente, 2014). No ano de 1996, resultado da Primeira Cimeira Mundial da Alimentação, organizada pela FAO, é elaborada a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação. Estes dois documentos estabelecem as bases para atingir um objetivo comum, a segurança alimentar a nível individual, familiar, nacional, regional e mundial. Na Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial ficou também definido que:

Existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm, em todo momento, acesso físico e económico a uma quantidade suficiente de alimentos seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades alimentares e as suas preferências em relação aos alimentos a fim de levar uma vida ativa e saudável (FAO, 1996).

No contexto da crise do preço dos alimentos de 2009/10 o Comité de Segurança Alimentar Mundial (CFS) sofreu uma reforma que se caracterizou pela tentativa de consolidação de um órgão das Nações Unidas com os múltiplos atores e interesses representados no mesmo, capaz de fazer a concertação e o alinhamento de políticas e programas de segurança alimentar ao nível global (Valente, 2014). Em 2010, os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, solicitaram à FAO o apoio na elaboração de uma Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP). A ESAN-CPLP assenta em três eixos de intervenção prioritários, sendo o primeiro a governança do sistema alimentar, claramente em linha com a reforma do CFS, o segundo a proteção social e o terceiro o reforço da agricultura familiar (CPLP, 2015). Os três eixos dialogam entre si e representam uma nova abordagem ao tema da SAN. Esta estratégia tem no seu Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional o órgão máximo de governança onde participam os diferentes atores envolvidos no sistema alimentar, entre eles a sociedade civil, incluindo os agricultores, o setor primário, a sociedade académica e os grupos parlamentares (CPLP, 2015).

Para alcançar a SAN é necessário considerar as múltiplas dimensões que a afetam, adotando uma abordagem de articulação intersectorial, ou seja, um conceito multidimensional que exige uma abordagem intersectorial. É também essencial perceber que existe interdependência entre os diferentes níveis territoriais, do global ao nacional ao regional e ao local e que, se não existir uma coordenação entre os diferentes níveis, a SAN fica limitada (CPLP, 2015).

Segundo dados do último relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2015, cerca de 5,9 milhões de crianças com menos de cinco anos morreram como resultado de doenças que podem ser facilmente prevenidas e tratadas (UNICEF, 2016). O mesmo relatório indica que, a menos que sejam tomadas medidas no presente, com vista a enfrentar as desigualdades existentes entre crianças, em 2030, 167 milhões de crianças viverão em extrema pobreza e 69 milhões de crianças com menos de 5 anos morrerão entre 2016 e 2030 (UNICEF, 2016). Os Programas de Alimentação e Nutrição Escolar (PANE) representam uma das chaves para abordar a eliminação da pobreza e insegurança alimentar, reduzindo a vulnerabilidade das crianças mais pobres, aumentando a sua capacidade de resiliência e garantindo oportunidades reais para as gerações atuais e futuras. Estes programas oferecem múltiplos benefícios à educação, à saúde e à agricultura local, representando mecanismos importantes para alcançar os mais vulneráveis, formando uma rede de segurança produtiva (WFP, 2013). Inicialmente, os PANE funcionavam principalmente como uma ferramenta de ajuda alimentar para melhorar o acesso à educação. Com o passar do tempo tornou-se evidente para os Governos que estes programas poderiam funcionar como redes de segurança integrantes em políticas nacionais de pobreza, contribuindo para o apoio alimentar direto e para educação das crianças afetadas e das suas famílias (WFP, 2013).

Os PANE enquadram-se no eixo 2 da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN–CPLP) e procuram articular o acesso a uma alimentação saudável pelas crianças com a melhoria das condições de vida das suas famílias (CPLP, 2015). A ESAN-CPLP tem objetivo de intensificar a cooperação entre os Estados Membros, para a governança das suas políticas setoriais e programas que afetam a SAN. Essa estratégia é baseada no DHAA e prioriza os pequenos agricultores. Uma abordagem baseada nos direitos humanos exige não só alcançar o resultado definitivo de abolição da fome, mas também propor formas para alcançar esse objetivo. A aplicação dos princípios dos direitos humanos é parte integrante do processo.

Este artigo tem como objetivo analisar os indicadores de insegurança alimentar e nutricional e o estado de implementação de PANE nos Estados-Membros da CPLP de modo a discutir a emergência de programas intersectoriais na área da alimentação escolar.

2. Metodologia

As atividades necessárias ao desenvolvimento deste artigo decorreram durante 15 semanas no Escritório de Informação e Comunicação da FAO e junto da CPLP e na Associação Helpo, no âmbito do protocolo assinado entre a FAO e a Associação Helpo.

De forma a contextualizar e orientar o trabalho, efetuou-se inicialmente uma revisão bibliográfica sobre a evolução conceitual da Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar. Também se efetuou uma revisão de alguns acordos internacionais e regionais sobre o tema como a ESAN–CPLP.

Em seguida procedeu-se à recolha, análise e compilação de indicadores básicos importantes para a caracterização da insegurança alimentar e nutricional nos nove Estados-Membros da CPLP. Os indicadores analisados foram a população em risco de pobreza multidimensional, a população abaixo do limiar de pobreza Nacional, a prevalência de desnutrição, o índice global de fome e o estado nutricional das crianças com menos de cinco anos. As principais fontes de informação foram relatórios oficiais e bases de dados de diferentes Organizações como a FAO, o Fundos das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD), o Programa Alimentar Mundial (WFP) e o Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (IFPRI).

Tendo presente o contexto identificado na fase anterior, elaborou-se um breve questionário para levantamento de informações específicas sobre os PANE que incluiu perguntas relativas à regulamentação, orçamento, abrangência, existência de compras públicas a agricultores familiares e pontos fortes e aspetos a melhorar. Este foi aplicado junto dos responsáveis por esta área nos governos dos Estados-Membros da CPLP, identificados com o apoio do Escritório da FAO.

No caso de Portugal e face à inexistência de um PANE intersectorial, procurou-se recolher informações sobre os programas setoriais em curso. Procurou-se igualmente identificar algumas hipóteses usando posterior trabalho de avaliação da oportunidade de construção de um PANE com uma abordagem intersectorial baseada no DHAA. Aproveitando a parceria entre a FAO e a Associação HELPO, foi realizado um estudo de campo na Ludoteca situada no Bairro das Fontainhas em Cascais. Foi efetuada observação

participante de seis agregados familiares de baixo rendimento em contexto de apoio escolar e realizadas entrevistas semiestruturadas visando a avaliação da condição de Segurança Alimentar dos agregados familiares. Foi aplicada uma escala de insegurança alimentar validada para a população portuguesa (**Anexo I**) composta por 14 questões fechadas de resposta do tipo sim ou não referentes aos últimos 3 meses, com 8 itens relativos aos membros adultos do agregado familiar e 6 itens relativos aos membros com idade inferior a 18 anos (DGS, 2017). Os agregados familiares foram classificados de acordo com a sua condição de Segurança Alimentar em quatro categorias, após somatório das respostas afirmativas às perguntas da escala – Segurança Alimentar, quando o número de questões afirmativas foi igual a zero, Insegurança Alimentar Ligeira, quando o número de questões afirmativas foi entre uma a cinco, Insegurança Alimentar Moderada, quando o número de questões afirmativas foi entre seis a nove e Insegurança Alimentar Grave, quando o número de questões afirmativas foi entre dez e catorze (DGS, 2017).

O estudo de campo realizado na Ludoteca das Fontainhas foi desenvolvido de acordo com as considerações constantes na Declaração de Helsínquia (World Medical Association, 2013) e as entrevistas realizadas após entendimento e assinatura do consentimento informado.

3. Resultados e Discussão

No seu conjunto, a CPLP representa uma população com mais de 275 milhões de habitantes, apresentando países com desenvolvimento humano muito elevado (Portugal), elevado (Brasil), médio (Cabo Verde, Guiné-Equatorial, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe) e baixo (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique) (UNDP, 2016).

Relativamente aos indicadores de pobreza, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste apresentam as percentagens mais elevadas de população em risco de pobreza multidimensional, com valores acima dos 20% e a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe apresentam as percentagens mais elevadas de população abaixo do limiar da pobreza nacional, com valores acima dos 60% (Tabela 1).

Tabela 1. Indicadores básicos de Pobreza nos Países da CPLP.

	População em risco de pobreza multidimensional (%)	População abaixo do limiar de pobreza Nacional (%)
	2016	2005-2014
Angola	-	-
Brasil	6,7	7,4
Cabo Verde	-	-
Guiné-Bissau	10,5	69,3
Guiné Equatorial	-	-
Moçambique	14,8	54,7
Portugal	-	-
São Tomé e Príncipe	21,5	61,7
Timor-Leste	21,4	41,8

Fonte: UNDP, 2016.

Em termos absolutos, a CPLP conta com cerca de 11 milhões de desnutridos e, em termos proporcionais, os países mais problemáticos são Timor-Leste (26,9%), Moçambique (25,3%), Guiné-Bissau (20,7%), Angola (14,2%) e Cabo Verde (9,4%) (Tabela 2).

O Índice Global da Fome (IGF), uma medida multidimensional a nível global, permite avaliar os níveis de fome nos países e a sua evolução face ao objetivo de erradicação da

fome. Timor-Leste, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau apresentam índices de fome classificados como graves e o Brasil apresenta um índice de fome classificado como baixo (Tabela 2).

Tabela 2. Prevalência de desnutrição e Índice Global da Fome nos países da CPLP.

	Prevalência de desnutrição (%) [*]	Nº de pessoas desnutridas (milhões) [*]	Índice Global da Fome (IGF) [#]
	2014-2016	2014-2016	2016
Angola	14,2	3,2	32,8
Brasil	1,6 [#]	ns	< 5
Cabo Verde	9,4	< 0,1	-
Guiné-Bissau	20,7	0,4	27,4
Guiné Equatorial	-	-	-
Moçambique	25,3	6,9	31,7
Portugal	-	-	-
São Tomé e Príncipe	6,6	< 0,1	-
Timor-Leste	26,9	0,3	34,3

Fontes: ^{*}FAO, IFAD and WFP, 2015; [#]K. von Grebmer et. al, 2016;

Legenda: - Dados não disponíveis; IGF: ≥ 50 (Extremamente alarmante), 35-49,9 (Alarmante), 20-34,9 (Grave), 10-19,9 (Moderado), $\leq 9,9$ (Baixo); ns – estatisticamente não significativo.

Desde 1990 que se verificou uma diminuição da prevalência de desnutrição nos países da CPLP, sendo que Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Brasil diminuíram a sua prevalência em mais de 50% (Figura 1).

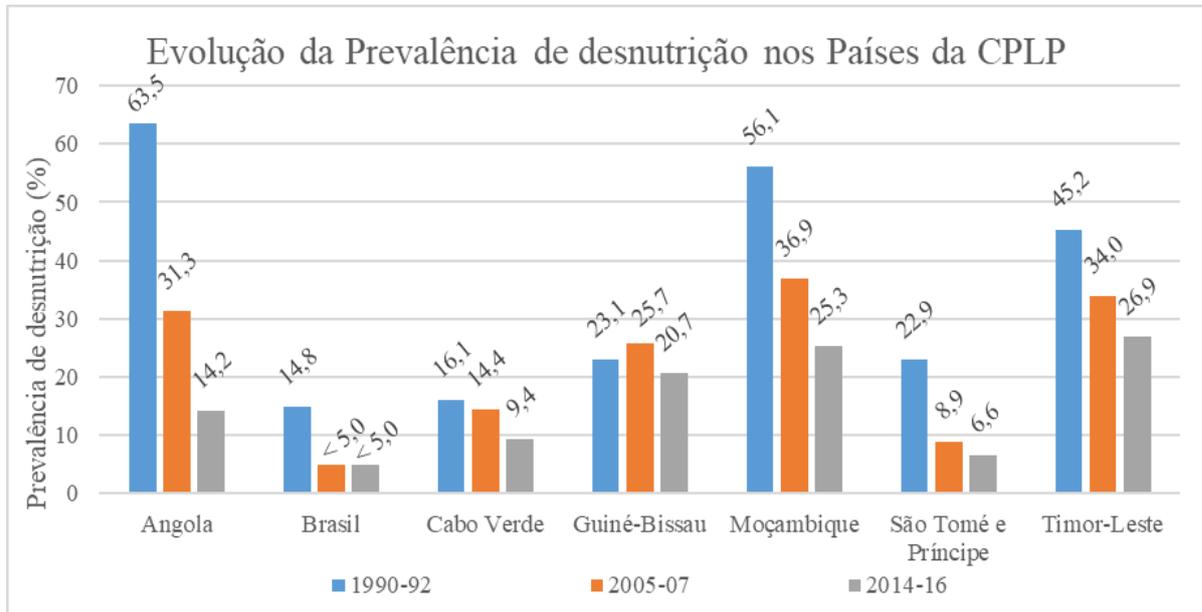


Figura 1. Evolução da Prevalência de desnutrição nos Países da CPLP.

Apesar dos países da CPLP terem realizado progressos relativamente ao IGF, os índices que apresentam, classificados como graves, revelam a necessidade de continuar a trabalhar no objetivo de alcançar a erradicação da fome (Figura 2).

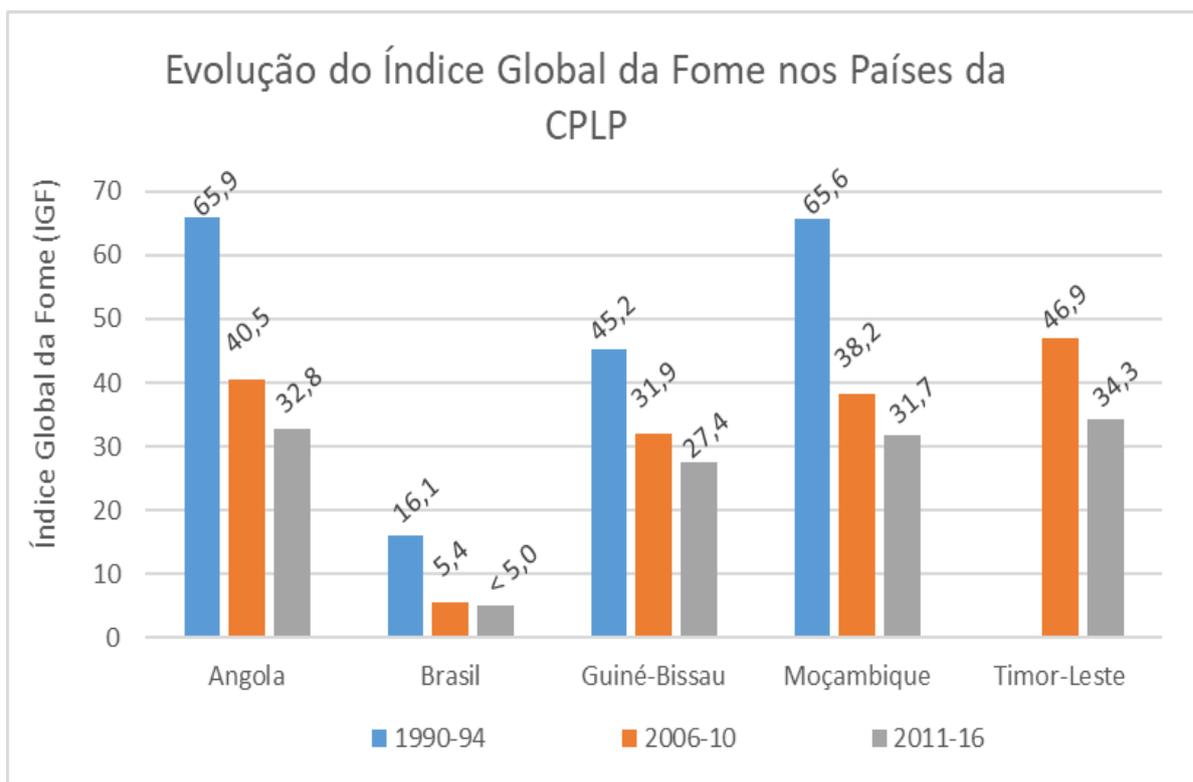


Figura 2. Evolução do Índice Global da Fome nos Países da CPLP.

As crianças representam um dos grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional nos Países da CPLP. A desnutrição infantil, nas suas diferentes formas, constitui um indicador importante do estado nutricional geral da população. O baixo peso para a idade, é um indicador do estado nutricional que reflete tanto uma desnutrição crónica como uma desnutrição aguda, sendo que Timor-Leste apresenta a percentagem mais elevada (38 %), destacando-se dos outros países (Tabela 3). A baixa altura para a idade, reflexo de uma desnutrição crónica como resultado de uma nutrição desadequada durante um longo período de tempo, é bastante prevalente em Timor-Leste (50%) e Moçambique (43%), sendo também o indicador nutricional com maior prevalência em todos os países, revelando a elevada prevalência de desnutrição crónica nos países da CPLP (Tabela 3). O baixo peso para a altura, geralmente resultado de uma deficiência nutricional recente e característica de uma desnutrição aguda, é o indicador nutricional que apresenta percentagens mais baixas em todos os países. Timor-Leste tem maior representatividade, com 11% de crianças com menos de 5 anos com baixo peso para a altura (Tabela 3). Por outro lado, o excesso de peso e a obesidade infantil representam atualmente um dos desafios de saúde pública mais sérios, afetando de forma constante, países de baixo e de médio rendimento, particularmente em ambientes urbanos. A Guiné-Equatorial, Moçambique e o Brasil apresentam as percentagens mais elevadas e a Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste as percentagens mais baixas (Tabela 3).

Tabela 3. Indicadores básicos sobre o estado nutricional nos países da CPLP.

	Estado Nutricional das Crianças com < 5 anos			
	Crianças com baixo peso/idade (%)	Crianças com baixa altura/idade (%)	Crianças com baixo peso/altura (%)	Crianças com excesso de peso (%)
	Moderado e severo (2010-2015)			
Angola	16 *	29 *	8 *	-
Brasil	2 *	7 *	2 *	7 *
Cabo Verde	-	-	-	-
Guiné-Bissau	17	28	6	2
Guiné Equatorial	6	26	3	10
Moçambique	16	43	6	8
Portugal	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	9	17	4	2
Timor-Leste	38	50	11	2

Fonte: UNICEF, 2016

Legenda: - Dados não disponíveis; * - Dados referem-se a anos ou períodos diferentes dos especificados no cabeçalho da coluna.

É no quadro de implementação da ESAN-CPLP, que se verifica, após a sua aprovação em 2012, em Maputo, uma evolução mais acentuada dos indicadores relacionados com a SAN no conjunto dos Estados-Membros da CPLP e onde, pela evolução conceitual do tema da SAN e de programas e políticas de proteção social, se deve situar a emergência dos PNAE na maioria dos Estados-Membros da CPLP.

Para que os PANE sejam contruídos de acordo com a abordagem contemporânea de SAN devem ter na sua génese os três eixos centrais da ESAN-CPLP. A governança adequada poderá materializar-se através de uma ampla participação dos múltiplos atores da comunidade vinculados à alimentação escolar (associações de pais, professores e funcionários) na montagem dos Programas. A necessidade de regulamentação destes programas, através da gestão de ementas, dos produtos comprados, da sua qualidade e da frequência com que são servidos recomenda a existência de um órgão de tutela em cada escola.

Estes programas, com diferentes ritmos e características, são assentes em algumas premissas comuns que demonstram o alinhamento com a reforma do CFS e com a ESAN-CPLP. São elas a questão da participação dos múltiplos atores, a questão de uma abordagem intersectorial, uma vez que os PANE exigem o envolvimento de, pelo menos, três Ministérios (Saúde, Agricultura e Educação) e a questão da prioridade para com os mais vulneráveis, que assenta numa abordagem baseada em direitos, que contempla o DHAA.

De seguida vão ser descritas os PANE que existem e estão em curso na CPLP (Tabela 4). Não foi possível obter informações sobre os PANE da Guiné-Equatorial e de Timor-Leste junto dos respetivos representantes em tempo útil.

Tabela 4. Programas de Alimentação e Nutrição Escolar nos Países da CPLP.

Países da CPLP	Programa de Alimentação, Saúde e Nutrição Escolar
Angola	Programa Merenda Escolar (PME)
Brasil	Programa Nacional de Alimentação e de Saúde Escolar (PNAE)
Cabo Verde	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNASE)
Guiné-Bissau	Programa de Refeições Escolares apoiado pelo PAM
Guiné-Equatorial	Sem Informação
Moçambique	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE)
Portugal	Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE)
São Tomé e Príncipe	Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE)
Timor-Leste	Sem Informação

Os PANE podem ajudar a aumentar as taxas de matrícula e retenção escolar, combater o insucesso e o abandono escolar e contribuir para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem das crianças. São também essenciais para a educação alimentar e para a construção de uma cidadania alimentar. Exemplo disso são as hortas escolares que estimulam os princípios de um modelo de agricultura sustentável, promovem o envolvimento da comunidade escolar envolvente e promovem a inclusão e participação ativa das crianças, contribuindo para o seu desenvolvimento e educação. A formação de pais, professores e funcionários também representa uma das vantagens destes programas, promovendo o aumento da sua literacia nutricional e da sua participação no crescimento saudável das crianças.

Angola

O Programa Merenda Escolar (PME), regulamentado através do Decreto Presidencial nº 138/13 de 24 de setembro de 2013, é um projeto de âmbito nacional que beneficia os alunos matriculados nas escolas do Ensino Primário Público e Privado em regime de comparticipação. Em 2004, beneficiou diariamente e de forma gratuita alunos de 3177 escolas em 18 províncias.

Este Programa visa estimular a capacidade de apreensão de conhecimentos das crianças, favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado das suas potencialidades,

promover a assiduidade e prevenir situações de insucesso e abandono escolar, suplementar as necessidades nutricionais e contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis das crianças.

A merenda escolar deve incluir, preferencialmente, alimentos produzidos localmente, nomeadamente milho, genguba, mandioca, bombó, inhame, banana, pão, cikwanga, abacate e outros frutos locais, devendo cumprir com as normas de suplementação e nutrição alimentar. Apesar do regulamento do programa contemplar a competência dos diferentes órgãos envolvidos no PME, não existe um órgão que coordene e articule esses órgãos, não garantindo a intersectorialidade do Programa.

Destacam-se como pontos fortes, a existência de um regulamento, a abrangência do Programa e as taxas de retenção e assiduidade dos alunos que dele beneficiam. Os aspetos a melhorar prendem-se com a necessidade de promover a coordenação dos diferentes atores, de assegurar a transferência atempada de fundos para as administrações municipais, de investir na melhoria da produção, diversificação e comercialização dos produtos locais e de agricultura familiar e de monitorizar o estado nutricional das crianças e respetiva evolução.

Brasil

O Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil (PNAE), foi estabelecido em 1950, centrado no objetivo de fornecer alimentos às crianças mais necessitadas nas áreas mais pobres. Ao longo dos anos, o programa evoluiu e sofreu transformações, visando não apenas melhorar o estado nutricional das crianças, mas contribuir para a educação e o desenvolvimento social, sendo que o direito universal de todas as crianças à alimentação escolar foi reconhecido em 1988.

O acesso às refeições escolares beneficia os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (convencionadas com o poder público).

A lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina que, no mínimo, 30% do valor transferido para o PNAE deve ser utilizado na compra de géneros alimentícios diretamente a agricultores familiares, promove conexões entre a alimentação escolar e a agricultura familiar. Esta medida não só respeita as diretrizes de uma alimentação saudável e

equilibrada, através do uso de alimentos variados seguros e que respeitam a tradição e cultura alimentar, como apoia o desenvolvimento sustentável através da aquisição de alimentos diversificados, sazonais e produzidos localmente. O encontro entre a alimentação escolar e a agricultura familiar tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública do Brasil. Atualmente, cerca de 23% dos recursos do PNAE são destinados a compra de produtos da agricultura familiar, e apesar de ainda não atingir os 30% de compras estabelecidos por Lei, a percentagem de aquisições está a crescer todos os anos.

O programa é coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que distribui os recursos financeiros, estabelece alvos nutricionais e é responsável pela monitorização e avaliação. No entanto, a nível nacional, o programa baseia-se numa estreita colaboração entre os ministérios da educação, da agricultura, do desenvolvimento social e das finanças e a nível local, o seu sucesso depende da colaboração entre os departamentos governamentais locais, as escolas, os produtores alimentares e comunidades locais.

Os pontos fortes do PNAE são o seu Marco Legal, o crescimento das compras diretas da agricultura familiar, garantindo a sustentabilidade do programa e o desenvolvimento regional, a atenção crescente às minorias entre os beneficiários do programa e a efetiva participação social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar. Os aspetos a melhorar prendem-se com a necessidade de aperfeiçoar a análise técnica da prestação de contas, de fortalecer a atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar e de alcançar a percentagem mínima de 30% nas compras públicas aos agricultores familiares.

Cabo Verde

O Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar de Cabo Verde (PNASE), regulamentado pela Lei nº 89/VIII/2015, de 28 de maio de 2015, beneficia os alunos matriculados no ensino básico da rede pública do sistema educativo nacional e as crianças que frequentam a educação pré-escolar nos estabelecimentos públicos e pertencentes a instituições ou organizações sem fins lucrativos. O PNASE teve início com uma fase piloto

em parceria com o WFP em 1979, sendo que o Governo assumiu as responsabilidades totais de gestão e financiamento do mesmo em 2010.

A Estratégia Nacional de Nutrição Escolar é construída sobre quatro pilares: saúde e nutrição, educação, redução da pobreza e coesão social e produção local de alimentos. O PNASE é o cerne da estratégia, promovendo não só a melhoria dos hábitos nutricionais através da educação nutricional, como a redução da pobreza com a criação direta de empregos para mulheres pobres como cozinheiros e o aumento da procura de produtos agrícolas de produção local.

A lei de alimentação e saúde escolar prevê que, pelo menos 25% da verba destinada à compra de produtos alimentares no âmbito do PNASE, deve ser canalizada para compra de produtos de produtores locais, como forma de diversificar e enriquecer a ementa e promover a economia local. Houve uma experiência de compra de alimentos, junto dos agricultores e produtores nacionais, que funcionou durante dois anos. No momento, a Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE) tem como prioridade diversificar a alimentação com os produtos locais e, por isso, várias modalidades estão em fase piloto com o apoio do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar e Nutrição nas Escolas.

Os principais produtos alimentares que compõem são fornecidos centralmente pela FICASE e incluem arroz, massa, óleo (vegetal, mas principalmente soja) e leguminosas. As refeições fornecem cerca de 300 quilocalorias por dia, fornecendo aproximadamente 15% dos requisitos dietéticos recomendados.

Os pontos fracos do PNASE são a consciência social da importância da alimentação escolar a nível educativo, social e da saúde/nutricional, a experiência acumulada em quase quarenta anos de alimentação escolar e o envolvimento do Governo, que aborda o Programa como uma rede de segurança social. Os aspetos a melhorar prendem-se com a necessidade de seguimento e avaliação, da melhoria da qualidade nutricional das refeições através da diversificação com produtos locais frescos e da melhoria das infraestruturas.

Guiné-Bissau

Através de um programa de refeições escolares, desde 2000, o WFP fornece mais de 173 mil refeições quentes para as crianças da escola, incentivando a sua matrícula e assistência escolar. No ano letivo de 2016/17, o Programa beneficia diariamente 758 escolas e 173,395

alunos. Esta merenda é baseada em arroz, óleo, feijão e sardinhas e fornece o equivalente a 750 quilocalorias por dia a cada aluno.

Está a ser implementado um projeto piloto de compras locais através dos fundos da União Europeia, mas, por dificuldades constatadas no terreno, o projeto está a ser reestruturado para melhor ajustar-se à realidade do país. O Ministério da Educação solicitou apoio do Governo Brasileiro e duas missões do Brasil estiveram na Guiné-Bissau para avaliar o atual estado do programa de refeições escolares e elaborar um projeto de apoio para capacitar o Ministério de Educação, da Agricultura e da Saúde. Espera-se que o projeto seja assinado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Centro de Excelência do WFP sediado no Brasil e as duas agências das Nações Unidas em Bissau (FAO e o WFP/Guiné-Bissau) em meados de julho de 2017.

Os pontos fortes identificados foram o reconhecimento quase unânime da importância e necessidade do programa de refeições escolares por parte do Governo, das comunidades, das ONGs Nacionais e Internacionais e das Agências das Nações Unidas. As principais fraquezas encontradas pelo WFP foram a inexistência de uma legislatura e de um orçamento interno para o programa de refeições escolares no país, a fraca capacidade do Ministro da Educação para projetar, implementar e avaliar o programa e a baixa participação da comunidade no programa de refeições escolares.

Moçambique

Em Moçambique, a oferta de alimentação escolar teve início em 1977, numa parceria entre o Governo e o WFP. No ano de 2010 foi assinado um acordo trilateral entre a Agência Brasileira de Cooperação, o Governo de Moçambique e o WFP, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento e implementação de um Programa Nacional de Alimentação Escolar sustentável em Moçambique, tendo como referência o PNAE do Brasil.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique (PRONAE) foi aprovado pelo Conselho de Ministros em maio de 2012 e incorporou na sua fase inicial de implantação (2013-2015) dois projetos pilotos. O projeto piloto 1 foi desenvolvido nas escolas de educação primária dos distritos de Cahora Bassa e Changara e o projeto piloto 2 foi implementado em 12 escolas de educação primária, localizadas na Regiões Norte, Centro e Sul de Moçambique (Províncias de Nampula, Tete, Manica e Gaza). Os dois projetos piloto têm como base a compra local de alimentos como forma de estabelecer uma

relação entre a alimentação escolar e produção local de alimentos, estimulando a economia e a produção local através da criação de um mercado regular para os produtos alimentares.

O PRONAE é um programa do Governo, vinculado ao Ministério da Educação, que fornece uma refeição diária por aluno ao longo do ano letivo complementada com a educação alimentar e nutricional. No ano letivo 2014, o PRONAE beneficiava 10 distritos e 14.141 crianças. Além da melhoria do estado nutricional e de saúde dos alunos, este programa pretende melhorar as taxas de ingresso e retenção e o rendimento escolar e contribuir para o desenvolvimento de habilidades dos alunos, através da prática da produção agrária nas escolas.

O PRONAE é um projeto ainda em fase inicial com poucos dados disponíveis. Da análise possível, identificam-se como pontos fortes os princípios do Programa que contemplam a intersectorialidade, através da consolidação e reforço de equipas multisectoriais e as compras de produtos agricultores locais de produtos alimentares para diversificação da alimentação. As principais fraquezas são a inexistência de uma avaliação das fases piloto implementadas e de um plano de implementação para a expansão do Programa. Estas duas atividades estão contempladas como objetivos na Estratégia Nacional de Segurança Social Básica de 2016-2024 de Moçambique.

Portugal

O Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) é um programa holístico de promoção da saúde que aborda os vários determinantes da saúde de forma integrada, dando prioridade à promoção da saúde mental através da promoção de competências socioemocionais. A promoção da alimentação saudável é uma das áreas de intervenção deste Programa, sustentada pelo pressuposto de que a escola representa um local estratégico para a educação alimentar, através da partilha de informação sobre escolhas alimentares saudáveis e da promoção de uma oferta alimentar equilibrada nos bufetes e refeitórios.

A responsabilidade da gestão dos refeitórios, bufetes, contratação e/ou aquisição de produtos para as refeições dos alunos é do Ministério da Educação. A oferta alimentar disponibilizada em meio escolar obedece a princípios dietéticos de variedade e de qualidade definidos pela Direção-Geral da Educação (DGE), sendo a Direção do agrupamento/escola responsável pelo cumprimento das normas no que diz respeito à quantidade e qualidade dos produtos servidos/fornecidos.

No ano letivo 2014/2015, foram abrangidas por, pelo menos, uma atividade do PNSE 886.490 dos 1.219.652 alunos matriculados.

O Regime de Fruta Escolar (RFE) tem como objetivo principal a promoção de hábitos alimentares saudáveis e inverter a tendência decrescente no consumo de hortofrutícolas (MAFDR, MS & ME, 2016). O RFE consiste na distribuição de hortofrutícolas dois dias por semana, durante trinta semanas por ano letivo a alunos do 1.º ciclo do ensino básico que frequentem os estabelecimentos de ensino público (MAFDR, MS & ME, 2016). A seleção dos hortofrutícolas pretende destacar os produtos locais ou regionais e, assim, promover a produção nacional e as boas práticas ambientais. Para o ano letivo 2016/2017 a abrangência estimada foi de 343.751 alunos e 3.751 escolas. Este Regime é coordenado a nível nacional conjuntamente pelos Ministérios da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, da Saúde e da Educação (ME), representados respetivamente pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), pela Direcção-Geral de Saúde (DGS) e pela Direcção-Geral de Educação (DGE) (MAFDR, MS & ME, 2016). O RFE representa o bom exemplo de uma abordagem que promove a intersectorialidade e as compras públicas a agricultores nacionais com o objetivo de melhorar o estado nutricional das crianças.

Apesar de Portugal materializar na sua Constituição direitos sociais, culturais e políticos em grande medida, existem lacunas que só uma maior coordenação intersectorial poderá resolver, caso se viesse a implementar um PANE numa perspetiva mais ampla e com maior participação da sociedade. O anunciado desejo do Governo e recomendação do Parlamento de criação de um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional em Portugal poderia, através da implementação de um PANE, aplicar a sua orgânica em programas intersectoriais vocacionados à questão da SAN, numa abordagem baseada em direitos, focando-se em grupos potencialmente mais vulneráveis.

Estudo-Caso Bairro das Fontainhas

O trabalho de campo realizado na Ludoteca do Bairro das Fontainhas em Cascais teve como objetivo realizar uma caracterização socioeconómica e de insegurança alimentar de seis agregados familiares com baixo rendimento em contexto de apoio escolar. Após o somatório das respostas obtidas com a aplicação de uma escala de insegurança alimentar, apenas um dos agregados familiares foi classificado como estando numa situação de

segurança alimentar. Dos restantes agregados familiares, quatro foram classificados como estando numa situação de insegurança alimentar ligeira, reportando preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro ou quanto à qualidade inadequada dos alimentos, e um foi classificado como estando numa situação de insegurança alimentar moderada, reportando redução quantitativa de alimentos ou rutura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos. Todas as famílias referiram não receber qualquer tipo de apoio por parte de uma instituição ou associação.

Relativamente ao âmbito escolar, todos os cuidadores referiram que as crianças almoçam no refeitório da escola, sendo que os preços médios por refeição variam entre os 25 cêntimos e o 1,80€, dependendo do escalão atribuído a cada criança. No que diz respeito à avaliação da qualidade da oferta alimentar no refeitório da escola, cinco cuidadores consideram que o almoço disponibilizado tem boa qualidade e variedade, referindo a disponibilidade da sopa, a quantidade de alimentos servida e a satisfação das crianças com o almoço como características positivas. Apenas um cuidador avaliou a qualidade do almoço como muito má, referindo que a comida servida é à base de farinha e que falta variedade e tempero aos alimentos.

Todos os cuidadores responderam que não tinham conhecimento de projetos sobre alimentação e nutrição e que nunca foram chamados para sessões educativas sobre alimentação e nutrição na escola das suas crianças.

São Tomé e Príncipe

O Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar de São Tomé e Príncipe (PNASE), regulamentado pela Lei de Base n.º4/2012, exerce a sua atividade junto dos alunos inscritos e/ou matriculados em creches, jardins públicos e geridos por organizações não governamentais e escolas do ensino básico 1.º e 2.º ciclos da rede pública do sistema educativo nacional.

Até 2011, o programa foi gerido e financiado pelo WFP e, em 2012, iniciou-se a transição progressiva destas responsabilidades para o Governo santomense. Este programa tem como objetivo fornecer uma refeição diária saudável e equilibrada, que respeite os hábitos alimentares e a equidade e que cubra as necessidades nutricionais das crianças

contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento físico e intelectual, melhorando o processo de aprendizagem

O PNASE está agregado à Direção de Administração Educativa do Ministério encarregue da Educação e a sua gestão é assegurada por uma Coordenação Nacional adstrita à Direção de Administração Educativa.

Na compra de legumes, vegetais, raízes e tubérculos, devem ser priorizados os produtos locais adquiridos nos principais mercados distritais. A compra de produtos aos agricultores locais fomenta o respeito pelos hábitos alimentares e tradicionais que fazem parte da cultura proporciona um novo mercado para os produtores e comerciantes locais, apoiando o desenvolvimento da economia.

5. Conclusão

Desde 1990 que se verificou uma diminuição da prevalência de desnutrição na CPLP, totalizando cerca de 11 milhões de desnutridos no presente. O índice global da fome também evoluiu favoravelmente, mas alguns países continuam a com índices considerados graves, revelando a necessidade de continuar a trabalhar no objetivo de alcançar a erradicação da fome e da pobreza.

As políticas públicas evoluíram em concordância com a evolução conceptual da segurança alimentar e nutricional, incluindo na sua abordagem o direito humano à alimentação adequada. A maioria dos Estados-Membros da CPLP têm Programas de Alimentação e Nutrição Escolar implementados ou em fase de implementação. Estes programas enquadram-se no eixo prioritário 2 da ESAN-CPLP, como medidas de proteção social para os grupos mais vulneráveis. Apesar de serem constituídos por diferentes características e ritmos de implementação, são assentes em algumas premissas comuns, sendo a principal o reconhecimento unanime por parte dos múltiplos atores da importância e necessidade destes programas. A compreensão da necessidade do crescimento gradual das compras diretas da agricultura familiar também representa um ponto em comum em todos os programas, sendo que existem algumas dificuldades comuns na sua implementação. Os principais desafios comuns são ao nível dos orçamentos e das infraestruturas, da monitorização e avaliação dos programas e da intersectorialidade dos programas, com participação dos diversos atores envolvidos. No caso de Portugal, apesar de existir um Programa Nacional de Saúde Escolar que prevê a promoção de uma alimentação saudável no meio escolar, a implementação de um Programa com uma maior coordenação intersectorial e participação da sociedade poderá resolver algumas lacunas existentes.

O intercâmbio de conhecimentos entre os diferentes Programas poderia fortalecer as principais lacunas ao nível da operacionalização das compras públicas aos agricultores familiares e da intersectorialidade dos programas. A experiência de mais de 50 anos do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil tem servido de exemplo para os restantes programas, através da partilha do seu modelo que contribuiu nas últimas décadas para a melhoria substancial da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. São necessários mais estudos sobre Programas de Alimentação e Nutrição Escolar, principalmente no que diz respeito à materialização da intersectorialidade.

6. Referências Bibliográficas

CPLP (2015). *Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP: Enquadramento e Órgãos para Governação*. Lisboa: CPLP.

DGS (2017). *Relatório Infofamília 2011-2014: quatro anos de monitorização da Segurança Alimentar e outras questões de saúde relacionadas com condições socioeconómicas, em agregados familiares portugueses utentes dos cuidados de saúde primários do Serviço Nacional de Saúde*. Lisboa: Direção-Geral de Saúde.

FAO (1996). *Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação*. Roma: FAO.

FAO (2013). *Trade reforms and food security: conceptualizing the linkages*. Roma: FAO.

FAO, IFAD and WFP (2015). *The State of Food Insecurity in the World: Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress*. Roma: FAO.

K. von Grebmer, J. Bernstein, D. Nabarro, N. Prasai, S. Amin, Y. Yohannes, A. Sonntag, F. Patterson, O. Towey, and J. Thompson (2016). *Global Hunger Index: Getting to Zero Hunger*. Bonn, Washington, DC, and Dublin: Welthungerhilfe, International Food Policy Research Institute, and Concern Worldwide.

MAFDR, MS & ME (2016). *Estratégia Nacional do Regime de Frutas e Hortícolas nas Escolas*. Lisboa: MAFDR, MS & ME.

UNDP (2016). *Human Development Report: Human Development for Everyone*. Nova Iorque: UNDP.

UNICEF (2016). *The State of the World's Children: A fair chance for every child*. Nova Iorque: UNICEF.

Valente, F. (2014). *Towards the Full Realization of the Human Right to Adequate Food and Nutrition*. *Development*, 2014, vol. 57, issue 2, pages 155-170.

WFP (2013). *Revised School Feeding Policy: Promoting innovation to achieve national ownership*. Roma: Policy, Programme and Innovation Division World Food Programme.

Anexo I

Caracterização da Insegurança Alimentar

Questões	Sim	Não	Não sabe
1. Nos últimos 3 meses, alguma vez se sentiu preocupado(a) pelo facto dos alimentos em sua casa poderem acabar antes que tivesse dinheiro suficiente para comprar mais?			
2. Nos últimos 3 meses, os alimentos e sua casa acabaram antes de ter dinheiro para comprar mais?			
3. Nos últimos 3 meses, os membros do seu agregado familiar ficaram sem dinheiro suficiente para conseguirem ter uma alimentação saudável e variada?			
4. Nos últimos 3 meses, os membros do seu agregado familiar tiveram de consumir apenas alguns alimentos que ainda tinham em casa por terem ficado sem dinheiro?			
5. Nos últimos 3 meses, algum membro adulto do agregado familiar (idade igual ou superior a 18 anos) deixou de fazer alguma refeição, porque não tinha dinheiro suficiente para comprar alimentos?			
6. Nos últimos 3 meses, algum membro adulto do agregado familiar comeu menos do que achou que devia por não ter dinheiro suficiente para comprar alimentos?			
7. Nos últimos 3 meses, algum membro adulto do agregado familiar sentiu fome, mas não comeu por falta de dinheiro para comprar alimentos?			
8. Nos últimos 3 meses, algum membro adulto do agregado familiar, ficou um dia inteiro sem comer ou realizou apenas uma refeição ao longo do dia, por não ter dinheiro suficiente para comprar alimentos?			

Responder às questões 9 a 14 apenas se o respondente indicou na questão 3 da Parte I, existirem crianças no agregado familiar com idade inferior a 18 anos.

Questões	Sim	Não	Não sabe
9. Nos últimos 3 meses, as crianças/adolescentes do seu agregado familiar (idade inferior a 18 anos) não conseguiram ter uma alimentação saudável e variada por falta de dinheiro?			
10. Nos últimos 3 meses, as crianças/adolescentes do seu agregado familiar tiveram de consumir apenas alguns alimentos que ainda tinham em casa por terem ficado sem dinheiro?			
11. Nos últimos 3 meses, no geral alguma criança/adolescente do seu agregado familiar comeu menos do que devia por não haver dinheiro para comprar alimentos??			
12. Nos últimos 3 meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de alguma criança/adolescente do seu agregado familiar por não haver dinheiro suficiente para comprar alimentos?			
13. Nos últimos 3 meses, alguma criança/adolescente do seu agregado familiar deixou de fazer alguma refeição por não haver dinheiro suficiente para comprar alimentos?			
14. Nos últimos 3 meses, alguma criança/adolescente do seu agregado familiar sentiu fome, mas não comeu por falta de dinheiro para comprar alimentos?			

15. Nos últimos 3 meses, houve no seu agregado familiar alterações no consumo de algum alimento considerado essencial (ex.: leite, fruta, legumes, peixe, carne, arroz, batata, massa) devido a dificuldades económicas para a sua aquisição?

Sim _____

Não _____ (*passar à pergunta 17*)

Não sabe _____ (*passar à pergunta 17*)

16. Nos últimos 3 meses, quais foram as principais mudanças alimentares no seu agregado familiar devido a dificuldades económicas? (*ler em voz alta*)

Come menos vezes fora		Recebe alimentos ou outras ajudas externas	
Obtém alimentos através da produção própria, de familiares ou outros		Outras mudanças no consumo. Especifique _____	

17. Vou descrever algumas razões pelas quais as pessoas nem sempre comem o suficiente, indique se alguma se aplica a si:

Não tem dinheiro suficiente para comprar alimentos	
É muito difícil ter acesso a um local de venda de alimentos	
Está em dieta para perda de peso	
Não tem condições para cozinhar adequadamente (por ex. falta de gás, de eletricidade ou de algum eletrodoméstico)	
Não é capaz de cozinhar ou comer por problemas de saúde	
Outra. Especifique _____	
Não se aplica	

18. Vou descrever algumas razões pelas quais as pessoas nem sempre têm os tipos de alimentos que querem ou precisam. Indique se alguma delas se aplica a si.

Não tem dinheiro suficiente para comprar alimentos	
É muito difícil ter acesso a um local de venda de alimentos	
Está em dieta para perda de peso	
Os alimentos que quer não estão disponíveis	
Os alimentos de boa qualidade não estão disponíveis	
Outra. Especifique _____	
Não se aplica	

Questões adicionais

13. Qual das seguintes refeições a criança realiza na escola?

Refeição	Sim	Não	Origem dos alimentos			Custo aproximado (apenas se adquirido na escola)
			Casa	Refeitório	Bar	
Pequeno-almoço						
Lanche da manhã						
Almoço						
Lanche da Tarde						
Nenhuma						

14. Como avalia a qualidade da oferta dos produtos alimentares no Bar da Escola? (apenas se existir bar na escola)

15. Como avalia a qualidade da oferta do almoço disponibilizado no Refeitório Escolar?

16. Tem conhecimento de algum projeto sobre alimentação/nutrição na escola da sua criança?

Sim _____ Não _____

Se sim, qual? _____

17. Alguma vez foi chamado para sessões educativas sobre alimentação/nutrição na escola da sua criança?

Sim _____ Não _____

Se sim, qual o tema apresentado? _____